

TCE faz novo giro pelo estado para orientar gestores

Ipatinga foi sede da abertura da segunda rodada de encontros técnicos



DIVULGAÇÃO

► Jornada discute novas regras da Contabilidade Pública

► Contratações na Pampulha, Barreiro e Contagem são examinadas de perto



Vista Eletrônica de Processos

Acompanhar os processos no TCEMG está mais fácil.

A vista eletrônica permite a consulta aos documentos do processo sem a necessidade de deslocamento. Acesse o Portal do Tribunal de Contas, www.tce.mg.gov.br, na aba “**Serviços**” clique no ícone “**Vista Eletrônica de Processos**” e digite o código informado no ofício e o CPF.

Editorial

Controle externo plugado nas novas tecnologias

O Presidente Sebastião Helvecio anunciou durante sessão de Pleno a criação do *Projeto Vista Remota*, que possibilitará às partes e seus procuradores consultarem os documentos processuais no Portal do TCEMG, facilitando o acesso aos gestores públicos. O projeto (o texto completo está disponível nesta publicação) segue a linha filosófica do Presidente, que entende que o controle externo precisa utilizar, o máximo possível, as novas tecnologias digitais para cumprir o seu papel perante a Nação e seus cidadãos.

Outra iniciativa que segue a mesma trilha é o lançamento da pedra fundamental para construção do prédio que vai sediar o Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas do TCEMG – Suricato, que tem entre suas atribuições a de produzir informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisão pelo Tribunal nas ações fiscalizatórias. O Centro já trabalha com a construção de malhas eletrônicas resultantes do cruzamento de dados oriundos do rico banco de dados do próprio Tribunal e de parceiros como o Ministério de Trabalho e Emprego (acesso à RAIS), a Receita Estadual (acesso à nota fiscal eletrônica), o Detran, mediante, Polícia Civil, a Junta Comercial do Estado, além dos sistemas corporativos do Estado de Minas Gerais como Siafi, Siad, Sigcon e Sisap.

O dinamismo é destaque na atuação do Tribunal, cujo trabalho vem se adequando aos avanços tecnológicos a fim de obter melhoria da eficiência e redução de custos. Em palestra proferida durante o *I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas*, o Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Aroldo Cedraz, defendeu o uso das novas tecnologias e justificou que “o homem é fruto de seu tempo”.

A presente edição também aborda a participação do TCEMG e do Instituto Rui Barbosa (IRB) em movimento nacional criado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sob o título *Compre do Pequeno Negócio*. Também Presidente do IRB, o Conselheiro Sebastião Helvecio entende que é possível a geração de mais empregos usando a força dos pequenos negócios, “especialmente neste momento delicado que nosso país tem vivido”.

Outro evento apresentado a seus leitores é a *II Jornada de Contabilidade Pública*. Os contadores estão entre as classes profissionais mais numerosas no quadro de técnicos da Corte de Contas, uma demanda motivada pelas atribuições constitucionais do trabalho de controle externo.

Tribunal de Contas do
Estado de Minas Gerais

Presidente
Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Vice-Presidente
Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Corregedor
Conselheiro Mauri José Torres Duarte

Conselheiros
Wanderley Geraldo de Ávila
Adriene Barbosa de Faria Andrade
José Alves Viana (Ouvidor)
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Conselheiros Substitutos
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho

Ministério Público junto
ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral
Daniel de Carvalho Guimarães

Subprocuradora-Geral
Elke Andrade Soares de Moura Silva

Procuradores
Maria Cecília Mendes Borges
Glaydson Santo Soprani Massaria
Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Marcílio Barenco Correa de Mello
Cristina Andrade Melo

Chefe de Gabinete do Presidente
Ronaldo Jayme Machado

Chefe de Gabinete da Presidência
Roberto de Mello Saada

Diretora-Geral
Raquel de Oliveira Miranda Simões

Expediente



Diretoria de Comunicação do
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor
Lúcio Braga Guimarães
Jorn. Mtb n. 3422 - DRT/MG

Editor Responsável
Luiz Cláudio Diniz Mendes
Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Redação
Alda Clara de Aquino
Frederico Nicola La Rocca
João Manuel Lopes de Cerqueira
Karina Camargos Coutinho
Márcio de Ávila Rodrigues
Raquel Campolina Moraes
Thiago Rios Gomes

Revisão
Márcio de Ávila Rodrigues

Projeto Gráfico
Coordenadoria de Publicidade e Marketing Institucional

Diagramação
Márcio Wander Moura Ferreira
MG-00185 DG - DRT/MG

Fotos
Arquivo TCEMG

Impressão
Rona Editora

Tiragem
4.000 exemplares

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Av. Raja Gabáglia, 1.315 - CEP: 30380-435
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG
Fones: (31) 3348-2147 / 3348-2177 - Fax: (31) 3348-2253
e-mail: tcemg@tce.mg.gov.br - Site: www.tce.mg.gov.br

Índice

- 6
- Entrevista**
- O guardião dos interesses sociais junto ao Tribunal de Contas
- 8
- Jornada de Contabilidade Pública discute mudanças vividas no setor*
- 10
- Encontros Técnicos 2015**
- Segunda rodada de encontros técnicos começou no Vale do Aço
- 12
- Tribunal recomenda planejamento realista para 2016 em Passos*
- 13
- Presidente faz apelo pela contenção de gastos públicos durante Encontro em Cataguases*
- 14
- Reunião com os municípios do Norte de Minas destacou cultura do controle*
- 14
- Notícias do Pleno**
- Auditoria examina contrato de concessão do Hospital do Barreiro em BH
- 16
- TCE determina caráter de urgência para auditoria no BRT-Pampulha*
- 17
- Presidente anuncia projeto para disponibilizar informações processuais*
- Recursos contra multas por atraso na prestação de contas são negados
- 18
- Panorama**
- Primeira Câmara suspende tomada de preços em João Pinheiro
- Despesas realizadas antes de convênio geram ressarcimento em Delfinópolis
- Primeira Câmara suspende concorrência da Procuradoria de BH
- Suspenso pregão presencial promovido pela Prefeitura de Ferros
- Ex-presidente da Cidade dos Meninos de Governador Valadares deve devolver R\$10 mil ao erário estadual
- TCE determina devolução de meio milhão de reais aos cofres públicos de Viçosa
- 20
- Licitação de R\$ 30 milhões para limpeza da Lagoa da Pampulha é paralisada*
- 21
- Concorrência Pública de R\$ 81 milhões é interrompida em Contagem*
- 22
- Segunda Câmara suspende licitação de R\$ 115 milhões em São João del-Rei*
- Revista destaca importância do controle das políticas públicas
- 23
- Extrapauta**
- TCE integra debate sobre transparência contra corrupção
- Tribunais trocam informações sobre controle das políticas públicas
- 24
- Conselheiro Ouvidor participa de encontros sobre ouvidorias*
- Presidente ministra palestra para novos defensores públicos de Minas Gerais
- 25
- TCEMG e IRB participam do Movimento Compre do Pequeno Negócio criado pelo Sebrae*
- Conselheiro e Chefe de Gabinete fazem lançamento de livros
- 26
- Sebastião Helvecio defende políticas públicas eficazes em evento na Assembleia*
- Presidente é homenageado durante IX Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico

Entrevista

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES

Procurador-Geral do MP junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

O guardião dos interesses sociais junto ao Tribunal de Contas

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) foi criado a partir da Constituição Federal de 1988 com funções específicas de cooperação com os tribunais de contas na fiscalização dos seus jurisdicionados. Daniel de Carvalho Guimarães, o Procurador-Geral do MP junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), é o entrevistado deste mês do *Contas de Minas*. Com experiência adquirida em diversos ramos do Direito, ele explicou como são as ações do MPC diante de uma denúncia e como é cumprida a missão de ser guardião dos interesses sociais.

Na Constituição Federal o Ministério Público é o defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Como essa missão é realizada dentro do Tribunal de Contas?

É quando o MP atua junto com o Tribunal de Contas na atividade de fiscalizar seus jurisdicionados. Ele tem o dever de, quando provocado, tomar conhecimento de alguma irregularidade, investigar e pedir esclarecimentos ao gestor, prefeito, diretor de autarquia ou qualquer ordenador de despesas na administração pública dos municípios e do Estado de Minas Gerais, para saber se ele está cumprindo as regras do uso dos recursos públicos. Este tipo de atuação o MPC não consegue fazer sozinho, pois quem tem o poder de sancionar é o Tribunal de Contas. Com esse resultado se consegue o ideal de alocação dos recursos nas finalidades públicas que a Constituição determina e, por consequência, uma melhoria da qualidade destes serviços para a população. O Ministério Público de Contas consegue promover a preservação da ordem jurídica e a consolidação dos direitos sociais tentando eliminar as ilicitudes que são praticadas pelos gestores públicos e sancionar essas ilicitudes para que não sejam praticadas novamente.

Como é o procedimento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas diante de uma denúncia?

As pessoas podem trazer ao conhecimento do Ministério Público de Contas alguma notícia de irregularidade. Essas notícias serão filtradas, pois em muitas circunstâncias elas carregam viés político. Na maioria das vezes, apesar do viés político, há uma irregularidade real por trás. O MPC atua isento destas questões políticas. Então, após recebida e autuada a denúncia, eu faço a distribuição aos procuradores e eles começam o processo de investigação. Cada procurador irá fazer as diligências que ele entender cabíveis. Pode ser o aprofundamento das investigações, a requisição de documentos ao gestor, com obrigatoriedade de

cumprimento. Assim o procurador chega a uma conclusão, se não houve irregularidade, arquiva-se o processo. Mas se ele conclui que houve irregularidade, com os documentos colhidos, ele faz uma representação ao Tribunal de Contas para que o Tribunal execute o procedimento. No Tribunal haverá a possibilidade de juntar mais provas ou documentos e ouvir o gestor. Ao final, se for o caso de confirmada a irregularidade pelo Tribunal, pode ser aplicado multa ou outra sanção ao gestor que também pode ser condenado a ressarcir o valor que foi desviado aos cofres públicos.

Conte-nos sobre a sua experiência como juiz federal e as diferenças entre as duas carreiras, magistratura e procuradoria.

Eu conquistei a magistratura federal através de concurso público em 2007 e atuei em Vitória, no Espírito Santo. Essa carreira me permitiu amadurecer muito. Ao juiz não é dado complicar a situação, ele tem que decidir de forma imparcial, simplificar e resolver um problema. Na audiência, a gente tem mais acesso às pessoas. Essa experiência me permitiu conhecer bem os problemas e as mazelas do Brasil afora. Como pude atuar em três áreas diferentes, área cível, área criminal e área de execuções fiscais, que faz cobranças das dívidas da União, eu consegui ter uma visão bem ampla do que seria a magistratura. Em 2012 recebi a notícia que seria nomeado procurador aqui em Minas pois as vagas, que antes eram quatro, passaram a ser sete.

Um bom membro do Ministério Público acaba procurando problemas para resolver. É uma carreira proativa. Hoje você pode ver nos noticiários as operações que estão sendo feitas de combate à corrupção e o papel que o Ministério Público tem feito na sociedade. Foi uma decisão muito difícil, pois a magistratura parecia irrenunciável. Apesar de ter sido um grande desafio, tive que me reinventar para adaptar a essa nova função, mas acho que foi um bom caminho o que eu escolhi.

Qual o futuro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas com relação à autonomia?

Esta é a questão mais complicada dos MPCs brasileiros, pois há estados da Federação em que o Ministério Público de Contas é completamente autônomo do Tribunal de Contas. É uma instituição diferente, com orçamento próprio, tem dirigente próprio, despesas próprias e pessoal próprio. Mas a maior parte são Ministérios Públicos de Contas estruturados dentro dos Tribunais de Contas, com as características que a Constituição Federal exige a todos os membros do Ministério Público, seja federal ou estadual. Pois a função do MPC é cooperar com o Tribunal, provocando quando necessário e legitimar suas decisões.

Aqui em Minas nós conseguimos chegar a um consenso maduro e democrático. A obra de criação do espaço ministerial está sendo finalizada e temos um diálogo produtivo com a administração da Casa. Eu creio que Minas Gerais é um dos estados que estão mais próximos de conseguir essa autonomia. Mas o exemplo de Minas não reflete no Brasil inteiro. A proposta de autonomia servirá a todos os estados e a todos os contextos políticos e sociais, principalmente onde a atuação do MP é limitada, tolhida e desrespeitada pelos próprios Tribunais de Contas. Em várias partes do Brasil há casos de sessões públicas em que o presidente do Tribunal de Contas cassa a palavra do

“O Ministério Público de Contas consegue promover a preservação da ordem jurídica e a consolidação dos direitos sociais tentando eliminar as ilicitudes que são praticadas pelos gestores públicos”

membro do Ministério Público. Isso, num estado democrático de direito, é impensável. Independentemente disso, o MPC não pode ser submetido ao arbítrio de outra instituição, sob pena de ter comprometida a sua atuação. Os poderes são independentes, são harmônicos entre si. É um sistema de controle mútuo entre os poderes. Controle é uma coisa diferente de domínio. Não pode haver um poder se sobrepondo ao outro. Por isso, há um projeto de autonomia do MPC de Minas assim como do Ministério Público de Contas brasileiro, diante da necessidade de independência das instituições. Uma independência com controle mútuo, para não ficar submetido ao arbítrio de terceiros. Mas é preciso escolher um momento político e econômico propício, e encontrar respaldo em quem faz as nossas leis, pois são eles que vão decidir. A meu ver, o projeto é válido, mas precisa passar pelo crivo do nosso poder maior, cujo povo é o titular.

“Notícias serão filtradas, pois em muitas circunstâncias elas carregam viés político. Na maioria das vezes, apesar do viés político, há uma irregularidade real por trás”



Na mesa de honra, Regina Lopes Assis, Paulo Cezar Santana, Raquel Simões, Natália Araújo e Geraldo Paulino

Jornada de Contabilidade Pública discute mudanças vividas no setor

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – sediou, entre os dias 21 e 25 de setembro, a *II Jornada de Contabilidade Pública*, promovida pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo e pelo Conselho Regional de Contabilidade Pública – CRC. O principal objetivo do evento foi “a valorização do conhecimento da contabilidade pública e do papel do contador público no cenário de radicais transformações de sua missão”.

Contadores, auxiliares contábeis, estudantes de contabilidade, membros do CRC-MG e servidores do TCEMG participaram da abertura da *II Jornada*, no auditório Vivaldi Moreira. Representando o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Sebastião Helvecio, a diretora geral do TCEMG, Raquel

Simões, lembrou que o atual “período é de grandes transformações, um período de resgate da contabilidade, em especial da contabilidade pública”. A diretora também destacou a importância da “convergência com as normas internacionais de contabilidade” e lembrou que “são grandes desafios e grandes transformações”. E acrescentou: “contem com o Tribunal de Contas para esses desafios”.

Na solenidade de abertura, compuseram a mesa de honra a diretora do TCEMG, Raquel Simões; o conselheiro do CRC-MG, Paulo Cezar Santana; a diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo; a coordenadora da 4ª Coordenadoria de Fiscalização do Estado, Regina Lopes Assis; e o assessor contábil do TCEMG, Geraldo Paulino.



Flávia Araújo falou sobre “estágio atual da convergência contábil no setor público: normativos e prazos”

Normas e convergência contábil

O processo de convergência para as *International Public Sector Accounting Standards Board* – IPSASs – fez com que o CRC-MG instituisse o Grupo de Trabalho da Área Pública. “O grupo tem, como um dos temas definidos no seu plano de trabalho para a gestão de 2014/2015, que acompanhar, participar das discussões e orientar os profissionais de contabilidade pública de Minas Gerais, acerca da convergência das Normas de Contabilidade e sua aplicabilidade”, salientou o Conselheiro do CRC-MG, Paulo Cezar Santana.

A diretora do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas do TCEMG – Suricato – e presidente do Subcomitê de Normas de Auditoria Pública do Instituto Rui Barbosa – IRB, Jacqueline Gervásio, foi a responsável por ministrar a aula magna “normas de auditoria governamental”. Durante a tarde, a coordenadora de contabilidade do TCEMG, Flávia Araújo, falou sobre “estágio atual da convergência contábil no setor público: normativos e prazos”; e o contador geral da prefeitura de Uberlândia, Randal Cunha, abordou o tema “estágio atual da convergência contábil no setor público: procedimentos para a implementação dos novos procedimentos contábeis”.



Jacqueline Gervásio ministrou a aula magna “normas de auditoria governamental”



O assessor contábil do TCEMG, Geraldo Paulino

Cinco dias de programação

Até o dia 25 de setembro, a *II Jornada de Contabilidade Pública* ofereceu intensa programação de palestras com especialistas no assunto. O tema dos “procedimentos contábeis patrimoniais” foi detalhado por três palestrantes: o assessor contábil do TCEMG, Geraldo Paulino, que falou sobre a “composição do patrimônio público”; o professor Sérgio dos Santos Reis, que abordou o “regime de competência aplicado à receita”; e a contadora-geral do município de Belo Horizonte, Lucy Fátima de Assis, sobre o “regime de competência aplicado à receita e as DCASP - demonstrações contábeis aplicadas”.

Geraldo Paulino observou que “o objetivo das demonstrações contábeis é proporcionar informações acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa da entidade, de maneira que essas informações sejam úteis a um grande número de classes de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas sobre a alocação de recursos”.

Parcerias Público-Privadas

O tema das parcerias público-privadas – PPPs – também integrou a programação da *II Jornada de Contabilidade Pública*. No dia 24 de setembro, a coordenadora de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas do TCEMG, Maria Aparecida Aiko Ikemura, atuou como palestrante, quando apresentou o conceito, aspectos comuns e um panorama geral sobre as PPPs no Estado. “É um assunto do qual todo mundo está falando. Mesmo as entidades que ainda não estão trabalhando com esse tipo de contrato podem estudar esse tema como um programa de atualidades”, garantiu. A servidora ainda levantou questões recorrentes para órgãos que já adotam as PPPs e esclareceu as dúvidas dos participantes.

Crédito tributário, consórcios, RPPS e orçamento

No mesmo dia, o gestor público Márcilio Melo fez uma apresentação sobre crédito tributário. Na parte da tarde, o evento ofereceu duas palestras dentro do tema “procedimentos contábeis específicos”: uma sobre “consórcios”, ministrada pelo contador do Ecotres – Consórcio Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos, Thiago Aleixo, e outra sobre “regime próprio de previdência – RPPS, apresentada pelo secretário municipal adjunto de Gestão Previdenciária da PBH, Márcio Dutra.

Nos cinco dias de programação, foram tratados outros importantes temas como os “procedimentos contábeis orçamentários”, com foco nos “instrumentos de planejamento – PPA, LDO e LOA”, detalhados na palestra do gerente de Informações Orçamentárias e Financeiras da Secretaria Municipal Adjunta à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Informação da PBH, Amaro da Silva.



Aiko Ikemura apresentou panorama geral sobre as PPPs

Mesa-redonda encerra a II Jornada

Um ciclo de debates realizado no auditório Vivaldi Moreira do TCEMG encerrou, no dia 25 de setembro, a *II Jornada de Contabilidade Pública*. A diretora-geral do TCEMG, Raquel Simões, foi a mediadora e ressaltou a alegria de receber os participantes e os inscritos para discutir sobre gestão pública em um momento de crise “exatamente pela realidade em que vivemos hoje, não só no nosso Estado de Minas Gerais, mas no Brasil e em algumas partes do mundo”.

A assessora técnica do Departamento de Contabilidade da Associação Mineira de Municípios – AMM, Analice Horta; a contadora da prefeitura de Belo Horizonte, Lucy Fátima de Assis; o controlador-geral do município de Contagem, Vanderlei Daniel Silva; e o contador e gestor público, Márcilio Melo participaram da mesa-redonda e dividiram experiências sobre o assunto.



A diretora-geral do TCEMG, Raquel Simões, foi a mediadora no debate de encerramento

O público lotou o auditório da Fiemg



Segunda rodada de encontros técnicos começou no Vale do Aço

No dia 2 de setembro, as atividades do primeiro dia do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios*, em Ipatinga, no Vale do Aço, culminaram em uma solenidade de abertura do evento de capacitação, que, desta vez, foi realizado em conjunto com o evento *Fomenta Minas* do Sebrae.

A diretora da Escola de Contas e Capacitação, Natália Araújo, levou uma mensagem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, aos participantes do *Encontro*, que lotaram o auditório da Fiemg, a maioria de agentes públicos vindos de 80 municípios das mesorregiões mineiras dos vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha. O Chefe de Gabinete do Conselheiro Presidente do TCEMG, Ronaldo Machado, também representou o Conselheiro Sebastião Helvecio na cerimônia.

Se referindo ao tema da ação do TCEMG, Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal, a diretora lembrou as dificuldades impostas pela atual recessão econômica. “Num momento como este somos todos desafiados a pensar seriamente o orçamento de 2016. Os municípios vivem a preparação das leis orçamentárias, quando, como define a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as despesas e receitas devem ser equilibradas”, advertiu.

Natália anunciou o resultado de uma pesquisa feita pelos

alunos do curso à distância de pós-graduação da Escola de Governo do TCEMG sobre o uso da Lei 123/2006 da Micro e Pequena Empresa, que prevê a licitação pública com preferência ao pequeno empreendedor. Segundo a pesquisa, na maioria das regiões de Minas Gerais, cerca de 50% dos municípios já têm lei ou decreto regulamentar sobre o tema. “Algumas, sem o decreto, já praticam as licitações direcionadas a micro e pequenas empresas, embora sem a regulamentação local. Além de licitar pelo menor preço, devemos ter a consciência de que aquela compra carrega todo um desenvolvimento local”, completou. A gestora informou que o TCEMG é responsável pela fiscalização de R\$ 120 bilhões por ano, em cerca de 3500 CNPJs, que serão responsáveis por compras públicas de, no mínimo, R\$ 50 bilhões, em 2015.

O diretor-superintendente do Sebrae Minas, Afonso Maria Rocha, afirmou que a organização faz um grande trabalho de implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, indo além da simples regulamentação. Ele lembrou que alguns municípios não têm a lei implementada em sua plenitude, mas já têm um decreto de compras, o que, na sua avaliação, é uma grande evolução. “Vivemos um momento especial. Nós do Sebrae temos um acordo de não ficar falando muito em crise. Talvez devêssemos usar a expressão: dificul-

dade econômica. Porque algumas pessoas nos afirmam que não estão em crise, e sim que enxergam oportunidades e suas atividades empresariais vão bem”, sugeriu.

Foram chamados ao palco, ainda, o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Altamir Rôso; a prefeita de Ipatinga, Cecília Ferramenta; a prefeita de Coronel Fabriciano, Rosângela Mendes; o prefeito de Santana do Paraíso, Zizinho Duarte; o presidente da Fiemg Vale do Aço, Luciano Araújo; vice-presidente da Fecomércio, José Maria Facundes; e o diretor executivo de produção da Usiminas, Roberto Maia.

Palestras

Durante o dia, os 200 participantes acompanharam as palestras *Planejamento, Gestão e Fiscalização da Execução de Contratos Governamentais e Compras Sustentáveis*, com o servidor do TCEMG Pedro Henrique Azevedo. A servidora Rita de Cássia Chió abordou o tema *Execução do Planejamento Orçamentário: Programas, Projetos e Atividades no Orçamento*. Na quinta-feira (3/9), o servidor Ryan Brwnner Lima falou sobre *Metodologia da Avaliação da Gestão Pública* e o servidor Henrique Kleinsorge fez palestra sobre *Responsabilidade na Execução Orçamentária: Limites de Gastos de Pessoal*.

A diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo



Imprensa destacou evento do TCEMG



A Imprensa do Vale do Aço destacou amplamente na mídia regional o *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios - Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal* realizado nos dias 2 e 3 de setembro, no auditório da Fiemg, em Ipatinga. Veículos de rádio, TV, jornais e portais de notícias divulgaram o evento de capacitação que reuniu agentes públicos de 80 municípios das mesorregiões mineiras dos vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

A *Inter TV dos Vales* (filiada à *TV Globo*) entrevistou a diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo, ao vivo, no telejornal *Bom Dia Minas*. O jornal *Diário do Aço* também entrevistou a diretora da Escola de Contas e o analista de controle externo do TCEMG, Pedro Henrique Magalhães Azevedo. As rádios 94 FM e Vanguarda também repercutiram o evento de capacitação do Tribunal de Contas com entrevistas ao vivo e reportagens nos seus noticiários.

Tribunal recomenda planejamento realista para 2016 em Passos

O Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) realizou, nos dias 14 e 15/9, o *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015*, em Passos, para as cidades do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

Na abertura do evento, a diretora da Escola de Contas e Capacitação do Tribunal, Natália Araújo, representou o Presidente Sebastião Helvecio. A gestora pública reconheceu que, na cultura do brasileiro, o planejamento é algo que deixa a desejar. “Não planeja porque acha que a criatividade, na hora do aperto, vai dar um jeito e arrumar a solução. No entanto, quando se impõe uma severa crise, como esta que se coloca para nós, todos iremos concordar que o jeitinho do brasileiro não vai dar conta de planejar nossas prefeituras e de fechar a conta de nossas câmaras, das nossas autarquias e fundações”, afirmou Natália. O Chefe de Gabinete do Conselheiro Presidente, Ronaldo Machado, também estava presente na solenidade.

Para a representante do TCEMG, Natália Araújo, o orçamento do ano que vem não pode ser visto como uma carta ficcional. A expectativa de receita deve ser realista, evitando superestimativas irresponsáveis. “Vamos encaminhar orçamentos realistas e não esperar que milagres aconteçam no meio do caminho, pen-

sando com calma nos contratos. Se a gente não fizer isso, iremos assumir compromissos impossíveis de ser honrados ao longo do ano”, disse.

O auxílio do Tribunal de Contas trazendo um evento de capacitação como o encontro técnico para os gestores diante da situação de crise política e econômica brasileira foi destacada pelo Prefeito de Passos, Ataíde Vilela. “O país chegou numa grande encruzilhada. A economia está em situação dramática. O encontro técnico vem nos premiar trazendo conhecimento porque ninguém hoje sabe como enfrentar este processo de crise. E, agora, iremos conversar sobre como fazer a execução orçamentária e financeira sem os recursos financeiros. É um desafio grande para nós. E o Tribunal de Contas vai nos ajudar dizendo como nos portar neste cenário”. Este foi o primeiro evento de capacitação do TCEMG realizado na microrregião de Passos.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) escolheu o tema *Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal* para a segunda rodada do seu *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015*. O objetivo foi contribuir para a efetividade da gestão pública por meio da capacitação de agentes públicos que atuam nos 853 municípios mineiros.



O prefeito de Passos, Ataíde Vilela (centro) falou sobre a importância do evento Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015 em Passos



Presidente faz apelo pela contenção de gastos públicos durante Encontro em Cataguases

O Conselheiro Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio, fez um apelo, aos gestores e servidores públicos presentes à etapa de Cataguases do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios*, pela contenção de gastos públicos por causa da crise econômica que o Brasil atravessa. “Peço que os administradores públicos entendam a gravidade do momento econômico atual e que é necessário que todos nós façamos a nossa parte. Vocês precisam atuar com mais firmeza na contenção de gastos”, pediu.

A fala do Conselheiro aconteceu na cerimônia de abertura da etapa dedicada à Zona da Mata mineira da segunda rodada de 2015 do *Encontro*, que tem o objetivo de contribuir para a efetividade da gestão pública estadual e municipal por meio da capacitação de agentes públicos que atuam nos 853 municípios mineiros. Após a cerimônia, que contou com a presença de muitas autoridades locais, o evento prosseguiu com palestras ministradas por técnicos do Tribunal e direcionadas para gestores públicos e técnicos das entidades da região que são sujeitas à fiscalização da Corte de Contas.

Previsão do futuro

Além da defesa da austeridade financeira, o Conselheiro argumentou que “a grande missão da política é a previsão do futuro”. Lembrou que a contratação de servidores em momentos de melhor situação financeira deve ser feita com cautela pois a situação econômica pode piorar e a entidade ficar com dificuldade de arcar com a folha, pois existem muitas restrições legais à dispensa de servidores. Ele também defendeu que o plano plurianual, previsto em lei, seja seguido pelos administradores como se fosse uma “bíblia”.

Sebastião Helvecio aproveitou a presença de três prefeitas da região na mesa de autoridades da cerimônia de abertura para lembrar que isso representava a “feminilização da política”. Ele também falou sobre a importância dos sentimentos de indignação e revolta, usando como mote uma réplica de um painel de Cândido Portinari sobre Tiradentes que estava pintado numa parede da escola municipal onde o evento foi realizado. “A indignação contra as dificuldades é o caminho para as mudanças”, argumentou.

O prefeito municipal de Cataguases, José César Samor, também discursou no evento e falou sobre sua administração e seu empenho pela lisura na condução da cidade de mais de 70 mil habitantes. A prefeita Tarcília Rodrigues Fernandes, de Itamarati de Minas, também discursou e elogiou a iniciativa do Tribunal em levar informações técnicas diretamente às macrorregiões do Estado. “A atual situação financeira dos municípios não é boa e o envio de funcionários à capital com a finalidade de capacitação exige custos elevados”, explicou. A mesma linha de raciocínio foi seguida por Walmir Linhares da Costa, vice-presidente da Câmara Municipal de Cataguases.

Participaram da mesa de abertura, além do Presidente do TCE, as seguintes personalidades: José César Samor, prefeito municipal de Cataguases; Itamar Ribeiro, Prefeito do Município de Dona Euzébia; Maria Jucélia, prefeita de Santana de Cataguases; Tarcília Rodrigues Fernandes, prefeita de Itamarati de Minas; Marília Furtado, prefeita de Argirita; Ivan Martins Nogueira, presidente da Câmara Municipal de Cataguases; Douglas Rodrigues Moura, diretor da Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto (local do evento); Cláudio Leitão, diretor da Rede de Ensino Doctum; e Walmir Linhares da Costa, vice-presidente da Câmara Municipal de Cataguases.

Reunião com os municípios do Norte de Minas destacou cultura do controle

O Prefeito de Buritizeiro, Luiz Carneiro de Abreu, o Chefe de Gabinete do Presidente Sebastião Helvecio, Ronaldo Jayme Machado, o Prefeito de Pirapora, Heliomar Valle, o Prefeito de Francisco Sá, Denilson Rodrigues e o Coordenador da Escola de Contas, Gustavo Terra



O Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) abriu, no dia 29 de setembro, o *Encontro Técnico com os Municípios* do Norte de Minas. A cidade de Pirapora foi escolhida como sede do evento de capacitação. Em seu discurso, o prefeito anfitrião, Heliomar Valle da Silveira, reconheceu que é muito recente, na cultura no Brasil, a ideia de que o governante precisa ser controlado. Saudando os analistas do Tribunal presentes para darem palestras, ele afirmou ser importante que existam os órgãos de controle “porque isso garante à sociedade a boa aplicação dos recursos públicos. Esse conceito, de que governo precisa ser controlado, é um conceito saudável, legal, democrático e necessário para que exista uma sociedade melhor. Eventos como este são necessários para os controlados conhecerem exatamente quais são os atos que têm o dever de praticar e quais estão vedados a praticar”, esclareceu o prefeito. O Presidente Sebastião Helvecio foi representado na solenidade pelo Chefe de Gabinete Ronaldo Machado.

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do TCEMG foi representada pelo seu coordenador Gustavo Terra Elias. Analisando as ações do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios*, que visita anualmente todas as regiões de Minas Gerais; e inspirado pelo rio São Francisco, que pode ser visto do Centro de Convenções onde o evento é realizado, o coordenador refletiu que “viajar por Minas é viajar pelos seus

grandes rios. É uma experiência maravilhosa, ao longo dos rios a gente vai conhecendo de verdade a história e o povo do Estado”.

Terra Elias esclareceu como foi selecionado o tema do evento, *Gestão Fiscal Responsável*, para o segundo semestre de 2015. “Temos neste ano um momento de crise política e econômica no país, que traz desafios maiores aos gestores e esses desafios somente serão enfrentados com uma ação firme e enérgica de planejamento e austeridade”, pontuou. Também falaram na abertura os prefeitos de Buritizeiro, Luiz Carneiro de Abreu Júnior, e de Francisco Sá, Denilson Rodrigues Silveira, também presidente da Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco (AMMESF).

Os participantes acompanharam a palestra *Planejamento, Gestão e Fiscalização da Execução de Contratos Governamentais*, com Gustavo Terra Elias na manhã do mesmo dia. À tarde, a servidora do TCEMG Rita de Cássia Chió Serra falou sobre *Execução do Planejamento Orçamentário*, e Regina Lopes de Assis discorreu acerca dos *Instrumentos de Planejamento Orçamentário*. Na quarta-feira, Henrique de Paula Kleinsorge fez palestra sobre *Responsabilidade na Execução Orçamentária*; Janaina de Andrade Evangelista falou sobre *Metodologia da Avaliação da Gestão Pública*; e Diogo Ribeiro Ferreira concluiu com *A Importância da Correta Estimativa de Arrecadação e da Correta Previsão das Renúncias Fiscais para o Alcance das Metas*.

NOTÍCIAS DO PLENO

Auditoria examina contrato de concessão do Hospital do Barreiro em BH

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) determinou, durante sessão plenária do dia 14 de outubro, a realização de uma auditoria no município de Belo Horizonte. A Corte de Contas vai investigar, em até 90 dias, a execução do contrato de concessão administrativa do Hospital Metropolitano do Barreiro, que receberá o nome do médico e ex-prefeito Célio de Castro, falecido em 2008. Essa parceria público-privada (PPP) terá duração de 20 anos e a contraprestação pública poderá chegar a R\$ 1,147 bilhão.

O TCEMG determinou ainda que a fiscalização tenha foco na fase pré-operacional e também o objetivo de coletar dados e documentos para a instrução dos autos da denúncia 838.978. Esse processo teve origem com a alegação, feita pela empresa Facility Central de Serviços, de ilegalidades no Edital de Concorrência Pública 008/2010, documento que contém as regras para a licitação da concessão à iniciativa privada da administração de obras e serviços de apoio à gestão e operação do hospital.

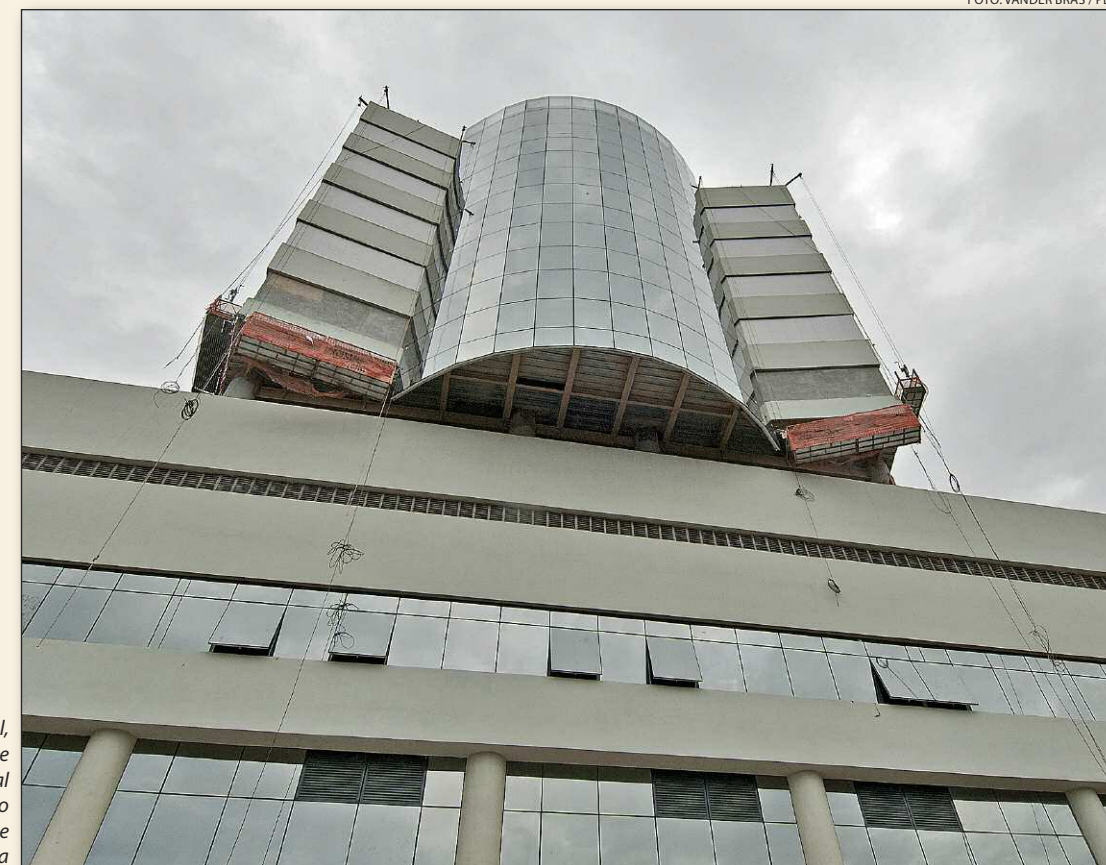
Os técnicos do Tribunal solicitaram informações à PBH e analisaram os motivos da empresa denunciante. O relator da matéria, Conselheiro Cláudio Terrão, considerou, ao votar, a opinião técnica de que os esclarecimentos foram insuficientes e de que “a construção e a concessão de obras e serviços do Hospital Metropolitano vinha transcorrendo de maneira tumultuada, com risco de comprometimento de seus objetivos”.

Ao longo do processo de escolha, a empresa Selo

Saúde Serviços e Infraestrutura de Saúde, vencedora da licitação, renunciou ao contrato. Por isso, o consórcio entre Andrade Gutierrez, Dalkia e Gocil – classificado em segundo – foi convocado. No primeiro aditamento ao contrato, houve modificação do objeto para acrescentar um andar ao edifício, autorizar obras complementares e promover o reequilíbrio econômico-financeiro da parceria.

Ao fundamentar seu voto, que foi acolhido por todos os conselheiros presentes, o Conselheiro Cláudio Terrão constatou que existem indícios de que a construção e a concessão de obras e serviços do Hospital Metropolitano não obedecem às normas vigentes. “Considerando os apontamentos contidos nos relatórios técnicos, os vultosos valores envolvidos e, especialmente, a repercussão social da concessão administrativa sob exame, revela-se indispensável a realização de uma auditoria no município de Belo Horizonte”, justificou.

FOTO: VANDER BRAS / PBH



Para os técnicos do Tribunal, a construção e a concessão de obras e serviços do Hospital Metropolitano do Barreiro vinha transcorrendo de maneira tumultuada



TCE determina caráter de urgência para auditoria no BRT-Pampulha

Os conselheiros que compuseram a reunião de Pleno do TCEMG, ocorrida em 02/09/15, determinaram a realização de uma auditoria para verificar alguns aspectos relacionados ao processo número 872213, correspondente a um edital de licitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, publicado com a finalidade de contratação de empresa para implantação da Estação de Integração BRT – Pampulha. O Conselheiro Relator Gilberto Diniz solicitou que a auditoria seja realizada com a máxima urgência “para não prejudicar as ações do TCE”, e o Presidente da Corte, Conselheiro Sebastião Helvecio, determinou que ela terá um caráter prioritário.

Em seu voto, o Relator decidiu que a auditoria deverá verificar “a observância do prazo de vigência contratual e as ações efetivadas pela Prefeitura no caso de descumprimento da avença e a compatibilidade dos pagamentos efetuados

com os valores contratados e os serviços executados”. Os tópicos a serem analisados foram citados no voto e também no parecer do Ministério Público junto ao Tribunal.

Além de determinar a auditoria, o Tribunal tomou outras decisões relativas ao mesmo processo, como a declaração de que a adoção dos custos SINAPI não foi irregular “pela documentação que consta dos autos, mesmo entendendo que poderiam ter sido adotados custos locais, como aqueles constantes na tabela da Sudecap”, pois a obra não foi custeada com recursos federais. Entendeu, ainda, que estava “sanada a irregularidade relativa à vinculação da liberação de pagamento à prévia comprovação de aquisição do Caderno de Encargos da Sudecap”, pois a cláusula foi excluída do contrato celebrado entre o município e o Consórcio Conata-Marins-Mab-Beltrão.

Presidente anuncia projeto para disponibilizar informações processuais

O Presidente Sebastião Helvecio anunciou em sessão de Pleno, realizada no mês de setembro, a criação do *Projeto Vista Remota*, cuja ferramenta possibilitará a vista eletrônica dos processos, permitindo que as partes e seus procuradores consultem

os documentos necessários ao exercício da ampla defesa e do contraditório em meio eletrônico, sem a necessidade de deslocamento para vista aos autos físicos.

O Presidente anunciou que “neste primeiro momento, poderão ter acesso as partes ou interessados dos processos de auditoria e de prestação de contas do Chefe do Poder Executivo do exercício de 2014. A partir de 2016, a sistemática será estendida às demais naturezas de processo”.

Sebastião Helvecio acrescentou que, “além de facilitar o contraditório e a ampla defesa, a consulta a documentos processuais no Portal do TCE acelerará a fase instrutória dos processos em tramitação, reduzindo o tempo necessário à produção de defesa e ao atendimento às diligências”. O projeto tem o objetivo de “otimizar o rito processual e estabelecer prazos para todas as etapas da tramitação, assegurando a razoável duração do processo e a efetividade do controle, bem como aprimorar a gestão da informação”.



Recursos contra multas por atraso na prestação de contas são negados

O Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) negou provimento, em sessão plenária realizada no dia 21 de setembro, a recursos de prefeitos inconformados com as multas dadas anteriormente pelo Tribunal pelo não cumprimento do prazo para a Prestação de Contas Anual (PCA) referente ao ano passado. Foram julgados os recursos ordinários 951.865, do prefeito de Araxá, no Alto Paranaíba, Aracely de Paula; e o de número 952.021, do prefeito de Urucuia, no Norte de Minas, Geraldo Anchieta Rosário Oliveira. Dessa forma, ficou mantida a penalidade de R\$ 3 mil para cada um.

Para a Conselheira Adriene Andrade, relatora nos dois casos, as razões apresentadas nos recursos não foram capazes de modificar

as decisões questionadas. O principal argumento do prefeito de Araxá é que o atraso no envio da prestação de contas se deu em razão da mudança de gestão no município, “haja vista que sua posse aconteceu em 13/11/2014, em decorrência de processo eleitoral que afastou o gestor anterior”. Entretanto, a Conselheira considerou o relatório técnico do TCEMG, no qual consta que, “não obstante ele (o prefeito) tenha assumido a gestão municipal em 13/11/2014 com os registros de envio em atraso, caberia a ele o cumprimento do prazo limite do encaminhamento, uma vez que as contas do citado exercício também seriam de sua responsabilidade”.

Já o prefeito de Urucuia alegou que o atraso de apenas um dia no envio da prestação de contas ocorreu porque não foram concluídos os novos demonstrativos contábeis exigidos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), argumentando que, ao contrário de outros gestores, preferiu terminar os demonstrativos a encaminhar arquivo vazio tão somente para se livrar da aplicação de multa. Mais uma vez concordando com o relatório técnico, a Conselheira Relatora reproduziu em seu voto parecer dos analistas no qual constata “que não merece razão o recorrente, haja vista que o transcurso de prazo de mais de três meses entre a data de edição da INTC nº 03/2014 e o prazo limite para o envio dos documentos e relatórios previstos em seu anexo (31/03/2015) seria mais que suficiente para o atendimento à determinação nela imposta”.



A Conselheira Relatora Adriene Andrade

Panorama

DECISÕES DAS CÂMARAS

Primeira Câmara suspende tomada de preços em João Pinheiro

A Primeira Câmara do TCEMG aprovou, na sessão de 29 de setembro, a suspensão cautelar, na fase em que se encontrava, do procedimento licitatório, na modalidade de “tomada de preços”, de número 015/2015, promovida pela Prefeitura Municipal de João Pinheiro para contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria, consultoria e técnica administrativa e judicial tributária para restituição de créditos, revisão de débitos, de análise das dívidas existentes, juntamente com o sobrestamento judicial. A determinação referendou a decisão monocrática da Conselheira Adriene Andrade, com base em irregularidades apontadas pela denúncia 959002 apresentada ao TCEMG.

Despesas realizadas antes de convênio geram ressarcimento em Delfinópolis

Despesas realizadas antes de celebração de termo de convênio em Delfinópolis, Sudoeste do Estado, motivaram a 2ª Câmara do TCEMG, na sessão do dia 20/8, a aprovar o voto do Conselheiro José Alves Viana pelo ressarcimento do valor de R\$ 114.797,43 (com atualização monetária) e multa pessoal de quase R\$70 mil ao prefeito à época, Fernando José Pinto, e ainda multa ao diretor-geral do DER-MG, à época, José Elcio Santos Monteze, por descumprimento de diligência do Tribunal. O diretor foi intimado para que encaminhasse documentação, sob pena de multa, em caso de descumprimento. Mesmo assim, o dossiê não foi enviado, nem mesmo fora do prazo.

Primeira Câmara suspende concorrência da Procuradoria de BH

A Primeira Câmara do TCEMG aprovou, na sessão do dia 08/09, a suspensão cautelar, na fase em que se encontrava, do processo licitatório 01.028099.15.81, referente à concorrência 01/2015, promovida pela Procuradoria do Município de Belo Horizonte para a “contratação da prestação de serviços profissionais de advocacia na área contenciosa trabalhista para defesa, em juízo, dos interesses de entes da administração indireta do Município”. Supostas irregularidades apontadas na denúncia 952091, contra o procedimento licitatório, motivaram a determinação do Tribunal de Contas, em referendo à decisão monocrática do Conselheiro-Presidente, Sebastião Helvício, relatada pelo Conselheiro em Substituição, Licurgo Mourão.

Suspensão pregão presencial promovido pela Prefeitura de Ferros

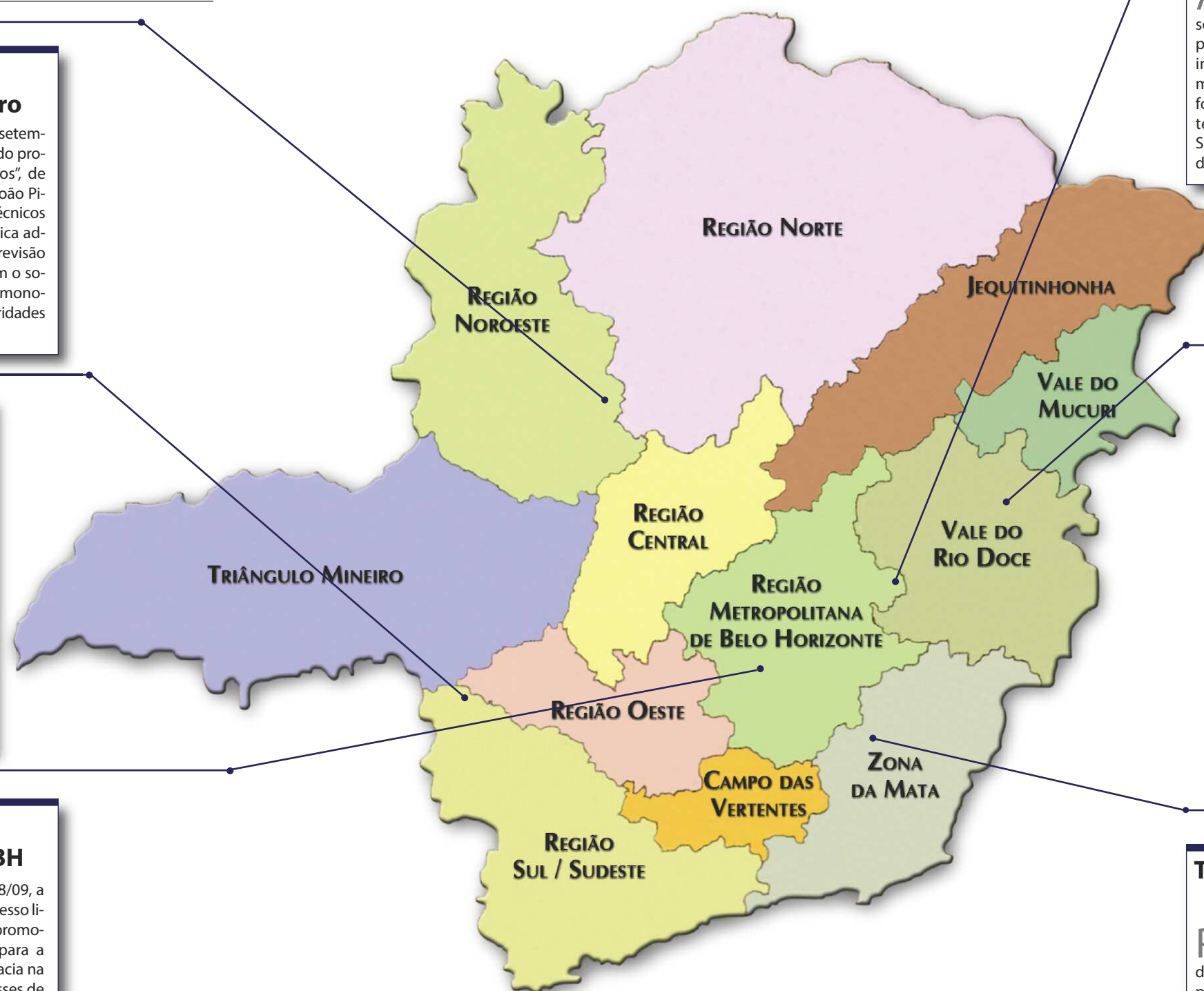
A Primeira Câmara aprovou, na sessão do dia 1º de setembro, a suspensão cautelar do processo licitatório 046/2015, pregão presencial 24/2015, na modalidade de registro de preços, promovido pela Prefeitura Municipal de Ferros para contratação do serviço de implantação e operação de gerenciamento da frota de veículos e máquinas da prefeitura por meio de sistema informatizado. Conforme dispõe o artigo 267 do Regimento Interno do TCEMG, a determinação referendou a decisão monocrática do Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, com base em irregularidades apontadas pela denúncia 958088.

Ex-presidente da Cidade dos Meninos de Governador Valadares deve devolver R\$10 mil ao erário estadual

A falta de comprovação do emprego de recursos financeiros repassados para adquirir material de consumo e para outras despesas de custeio na Cidade dos Meninos, de Governador Valadares, motivou a 2ª Câmara do Tribunal de Contas, na sessão do dia 4/8, a aprovar o voto do Conselheiro José Alves Viana pela condenação, a título de ressarcimento, da presidente da entidade à época, Marínez Bareta, a pagar a quantia de R\$ 9.976,05 com atualização monetária.

TCE determina devolução de meio milhão de reais aos cofres públicos de Viçosa

Pagamentos em duplicidade, aditamentos contratuais com sobrepreço e atos antieconômicos que geraram dano ao erário na obra de construção do Centro Educacional de Viçosa. Esses foram os principais fatores que motivaram a 2ª Câmara do TCEMG, em sessão realizada no dia 4/8, a aprovar o voto do Conselheiro José Alves Viana pela condenação solidária do ex-prefeito de Viçosa à época, Fernando Sant’Ana, e do chefe do Departamento de Atividades Físico e Ambientais do Instituto de Planejamento do Município (Iplam), Luiz Cláudio de Oliveira, a restituírem a quantia de R\$527 mil ao erário municipal.





Licitação de R\$ 30 milhões para limpeza da Lagoa da Pampulha é paralisada

O Processo Licitatório SCO nº 033/2013, da Prefeitura de Belo Horizonte, cujo objeto é a prestação dos serviços de recuperação da qualidade da água da Lagoa da Pampulha foi suspenso pelo Colegiado da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), em sessão realizada no dia 15/10, referendando decisão monocrática anterior do Conselheiro José Alves Viana. O valor da licitação é de R\$ 30 milhões, e as irregularidades no edital de Concorrência tipo técnica e preço foram apuradas por meio da análise de uma Denúncia (processo nº 958.346).

De acordo com a decisão, várias falhas foram identificadas. Uma alteração significativa no objeto da licitação foi constatada em relação ao volume e qualidade dos sedimentos da lagoa. Em 2013 (à época do lançamento do edital), o volume era de aproximadamente 850 mil metros cúbicos, e agora, em 2015, está estimado em 115 mil metros cúbicos (aproximadamente 1/8 do volume inicial).

Em outro item, o Tribunal concluiu que a atribuição de um peso da ordem de 80% para a proposta técnica e 20% para a proposta de

preços conduziu a uma distorção grande na avaliação das propostas apresentadas. Além disso, de acordo com o voto, as justificativas dadas por dois dos três avaliadores sobre as notas dadas aos licitantes coincidem, de tal forma, que sugerem ter sido feitas por somente um dos avaliadores ou que tenham sido copiadas. A área técnica do Tribunal entendeu que as avaliações deveriam ser individuais e isentas de influências.

Outra irregularidade encontrada foi em relação ao tratamento das águas da lagoa que, segundo o relatório, depende do tratamento dos córregos que abastecem o sistema. Foi sugerido um planejamento “para um tratamento mais duradouro e contínuo da Lagoa da Pampulha, em vez de uma solução temporária, de curto alcance”.

O relator aponta também que a Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações foi desobedecida pela precariedade do orçamento proposto (uma planilha orçamentária baseada em estimativa de custo) e pela inexistência de Projeto Básico. Levando em consideração a complexidade e o porte da obra, foi sugerido o desenvolvimento de um Projeto Básico, contendo orçamento detalhado ou analítico (orçamento base da licitação).

O Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte, Josué Costa Valadão e o Presidente da Comissão de Licitações, da mesma Secretaria, foram intimados, via oficial instrutivo, para suspenderem o edital e para que comprovem, no prazo de 48 horas, a suspensão encaminhando cópia da sua publicação. O não cumprimento da determinação poderá implicar na aplicação de multa individual no valor de R\$10 mil reais. Também foram advertidos que qualquer alteração do edital, eventual revogação e ou anulação do procedimento deverão ser comunicados ao Tribunal.



O Conselheiro Relator José Alves Viana

Concorrência Pública de R\$ 81 milhões é interrompida em Contagem

A exigência de qualificação técnica no edital de Concorrência Pública nº 008/2015, da Prefeitura de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, foi considerada como irregular pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), em sessão realizada no dia 10/9. A licitação tinha como objeto a contratação de empresa de engenharia para execução das obras de implantação do Lote 4 do Programa Pró-Transporte composto pelo Corredor Estrutural de Transporte Leste-Oeste e Transpor Ressaca no valor total estimado de R\$81.398.724,92.

A irregularidade foi apurada depois da análise de uma denúncia (processo nº 958.220, relatada pelo Conselheiro Substituto Licurgo Mourão) que constatou que a exigência de declarações de fornecedores, croquis de localização e licenciamento ambiental contraria a Lei de Licitações – Lei nº 8.666/93. No edital, é pedido que a empresa licitante disponibilize uma Usina de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). Caso não possua, apresente declaração de compromisso de mais duas usinas. As declarações deveriam ser acompanhadas dos respectivos “croquis” de localização e da comprovação de licenciamento ambiental junto a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBQU) é um tipo de massa asfáltica a quente apropriada para os serviços de execução de recapamentos de asfalto ou novas capas asfálticas.

Foi determinada a intimação, com urgência, por e-mail e Diário Oficial de Contas (DOC), do prefeito municipal de Contagem, Carlos Magno de Moura Soares, e do presidente da Comissão Permanente de Licitações, Jáder Luis Sales Júnior para que suspendam a Concorrência Pública nº 008/2015, mediante comprovação de publicação no prazo de até cinco dias, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$1 mil.

Os interessados devem ser advertidos que, caso optem



A partir da esquerda: o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão - Relator do processo, o Conselheiro Gilberto Diniz e o Conselheiro José Alves Viana

por anular ou revogar o certame e promovam a elaboração de novo edital com objeto idêntico ou similar, devem remetê-lo ao Tribunal de Contas para exame, no prazo de até cinco dias após a sua publicação, juntamente com cópia da publicação da revogação ou anulação do certame, sob pena de multa diária de R\$1mil em caso de descumprimento.

Caso parecido

O Colegiado da Segunda Câmara do Tribunal de Contas, na sessão de 28/5/15, referendou a decisão monocrática do Conselheiro Relator José Viana pela suspensão liminar da Concorrência nº 002/2015, também da Prefeitura de Contagem. O objeto da licitação foi a construção do viaduto da Avenida das Américas na interseção com a Avenida Severino Ballesteros Rodrigues, região do bairro Morada Nova.

A exigência de propriedade de usina de CBUQ ou de apresentação de declaração de compromisso de três usinas, garantindo o fornecimento do material, como qualificação técnica, foi o motivo assinalado no voto. De acordo com o voto, tal exigência restringia indevidamente a competitividade, extrapolando as exigências permitidas na Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações. As irregularidades no edital foram verificadas no processo de Denúncia nº 951814.

Segunda Câmara suspende licitação de R\$ 115 milhões em São João del-Rei

Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 003/2015, da Prefeitura de São João del-Rei, no Campo das Vertentes, cujo objeto é a concessão de todo o sistema de transporte coletivo urbano do município, com a melhor proposta de menor tarifa, foi suspenso pelo colegiado da Segunda Câmara do Tribunal de Contas (TCMG) em sessão realizada no dia 17 de setembro, referendando decisão monocrática anterior do Conselheiro José Alves Viana. O valor da licitação é de R\$ 115,5 milhões, correspondente à receita do sistema por 20 anos, calculada a partir do número atual de passageiros da tarifa média do sistema, que é de R\$2,79.

De acordo com a decisão (processo nº 958.288), a competitividade do certame foi prejudicada e o objetivo da licitação de atingir a proposta mais vantajosa não foi atingido porque o modo de apresentação e avaliação da metodologia de execução para habilitação dos licitantes foi inadequado. “A forma como o edital exige a apresentação de metodologia de execução para habilitação dos licitantes está inadequada pois os critérios esta-

belecidos não avaliam a aceitabilidade das metodologias a serem adotadas pelos licitantes para a organização operacional e a programação dos serviços, além de utilizarem faixas de pontuação restritivas, podendo inabilitar licitantes que poderiam ser considerados aptos a prestar os serviços no município”.

Outra irregularidade apurada é que não foi juntado aos autos (representação física do processo) o CD (Compact Disc) disponibilizado aos licitantes com as bases digitais do Sistema Viário, das zonas de tráfego e da pesquisa Origem/Destino, não sendo possível avaliar a “completude” dos dados disponibilizados aos licitantes para elaboração de suas propostas.

O prefeito de São João del-Rei, Helvécio Luiz Reis, e o secretário municipal de Governo, Leonardo Geraldo da Silveira foram intimados para que suspendam o edital de Concorrência Pública nº 003/2015. No prazo de três dias os responsáveis deverão comprovar a suspensão do procedimento encaminhando cópia da sua publicação. O não cumprimento dessa determinação poderá implicar a aplicação de multa no valor de R\$5 mil.

Revista destaca importância do controle das políticas públicas

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais publicou a primeira edição do ano da Revista do TCEMG. O anúncio foi feito pelo Presidente Sebastião Helvecio, durante a sessão plenária do dia 12 de agosto. De acordo com a coordenadora da revista, Denise Mariano de Paula, o periódico pretende destacar, em 2015, a importância do controle das políticas públicas. A nova edição homenageia o médico sanitarista Carlos Chagas, referência mundial em saúde pública por descrever a doença causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*.

Neste número, a Revista do TCEMG apresenta 12 trabalhos selecionados. Na seção Ensaio, por exemplo, há uma reflexão sobre o controle das políticas governamentais, em que a procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de São Paulo, Élica Graziane Pinto, nas palavras da coordenadora, destaca “a importância de seu acompanhamento em todo o ciclo orçamentário, com avaliação dos programas, aferição de custos e resultados e o cotejamento do planejado e o realizado sob uma perspectiva vinculante”.

Seleção

Entre as seis revistas de tribunais de contas brasileiros, a do TCEMG é a primeira a publicar artigos científicos selecionados pelo critério *double-blind review*, que consiste na avaliação imparcial e impessoal de cada traba-



“Tais medidas, aliadas ao esforço de divulgação nacional do periódico junto a universidades, instituições de pesquisa e revistas com qualificação superior, já lhe renderam exogenia (participação externa) de conselho de pareceristas e autores equivalente a 45%, o que a alça para o seleto grupo de periódicos científicos cujo estrato indicativo da qualidade é avaliado pela Capes com o nível B2. Na área da administração pública, são apenas 10 revistas no Brasil que estão em tal patamar de avaliação”, informa a Coordenadora.

Extrapauta

TCE integra debate sobre transparência contra corrupção

Conselheiro Sebastião Helvecio, Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, participou, no dia 9 de setembro, da abertura oficial do XI Encontro Nacional de Controle Interno. O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) junto com a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), tem o objetivo de discutir o “Controle e Transparência contra a Corrupção”.

A mesa de autoridades ainda foi composta pelo presidente da CONACI e ouvidor-geral do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro; controlador-geral do Estado de Minas Gerais, Mário Vinícius Claussen Spinelli; secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende Teixeira, representando o Governador de Minas, Fernando Pimentel; controlador-geral do Município de Belo Horizonte, José Maia, representando o prefeito Márcio Lacerda; ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Valdir Simão; a secretária de governo do Estado do Espírito Santo e ex-presidente do CONACI, Ângela Silveiras; ouvidor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Inácio Franco; e o superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais, Sérgio Barboza Menezes.

Gustavo Ungaro, presidente do CONACI, lembrou a importância do Estado de Minas Gerais na busca pela liberdade e de-



O Presidente do TCEMG na abertura do evento organizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno

mocracia no Brasil. O controlador-geral Mário Spinelli disse acreditar que, para o fim da corrupção, é importante fortalecer o controle interno e unir as instituições públicas para que elas trabalhem juntas e diminua a morosidade e falhas. Destacou ainda o trabalho feito pelo Conselheiro Presidente Sebastião Helvecio na tentativa de reformar a lei de licitação, o aumento pela transparência e dar um retorno para a administração sobre o que funciona bem ou não na fiscalização das entidades públicas.

Tribunais trocam informações sobre controle das políticas públicas

Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), por meio de seu presidente Roberto Braguim, recebeu o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Sebastião Helvecio, no dia 11/9, para falar sobre a importância da atuação dos órgãos de controle externo na análise e controle das políticas públicas. “Os Tribunais de Contas desenvolveram várias métricas para avaliar o impacto dos serviços oferecidos pela Administração Pública aos cidadãos, fazendo com que o trabalho avance para além da questão da conformidade dos gastos”, ponderou o Presidente do Tribunal de Contas mineiro.

Para o Presidente Sebastião Helvecio, essa nova perspectiva de trabalho dos tribunais de contas tem avançado com rapidez, qualidade e aprimoramento contínuo dos instrumentos de controle e do quadro de funcionários. Ele relatou ao presidente Braguim três novos medidores de desempenho das políticas públicas previstos para serem apresentados à sociedade brasileira no Congresso Internacional organizado pelo IRB.

“O primeiro deles é o índice geral de governança, criado a partir de questionários respondidos por cerca de oito mil entidades da administração pública brasileira dos níveis federal, estadual e municipal. O segundo refere-se à elaboração das chamadas normas brasileiras de auditoria do setor público. E o terceiro é um índice de efetividade da gestão municipal, um indicador que permitirá avaliar e fazer uma comparação de desempenho das políticas públicas implementadas nos 5.570 municípios brasileiros”, concluiu o Presidente.



O Presidente do Tribunal de Contas mineiro, Sebastião Helvecio, visitou o TCM-SP

Conselheiro Ouvidor participa de encontros sobre ouvidorias

O Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), José Alves Viana, participou de dois importantes eventos em setembro. O primeiro foi o *Encontro de Ouvidorias* promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) e, na semana seguinte, em 28, no Centro Administrativo da Prefeitura de Uberaba, do *Encontro Regional sobre Ouvidoria e Controle Social*.

Ceará

O evento, que ocorreu em Fortaleza, dia 24 de setembro, contou com cerca de 200 representantes de ouvidorias, tribunais de contas e demais representantes da administração pública do Brasil.

“O Tribunal de Contas do Ceará é um dos Tribunais mais antigos, porém se mantém atual e moderno, servindo de referência para as demais cortes de contas do Brasil. Quero parabenizar a Corte cearense pelos seus 80 anos de criação e a Ouvidoria, que realiza este encontro, mostra a real importância do controle e da participação social. Os desafios são grandes, mas maiores ainda são nossos compromissos para proporcionarmos ao cidadão um serviço de qualidade”. Com essas palavras o Conselheiro Viana saudou os realizadores do evento.

Além do Conselheiro José Alves Viana, compuseram a mesa de honra do encontro na capital cearense, o diretor-presidente da Escola de Contas do TCE-CE, Conselheiro Alexandre Figueiredo; o Ouvidor da Corte cearense, Conselheiro Substituto Itacir Toderio e o secretário da Controladoria e Ouvidoria do Ceará, José Flávio Barbosa Jucá.

Uberaba

Em Uberaba, o principal objetivo do evento foi estreitar a relação entre os cidadãos e os entes públicos como forma de melhorar a prestação de serviços e fortalecer o exercício da cidadania, através da participação do cidadão na gestão pública, por meio da Ouvidoria.

O Conselheiro Viana reforçou a importância do TCEMG que, além de cumprir sua função fiscalizadora, também leva o conhecimento, discute e, principalmente, ouve os municípios. “Nosso papel tem que ser muito mais orientador do que punidor. Falar é uma necessidade, mas saber ouvir é uma virtude. Se o tribunal cobrar do administrador sem antes levar o conhecimento, ele não está sendo justo”, ponderou o Conselheiro Ouvidor.

A coordenadora da Ouvidoria do TCEMG, Cláudia Picinin, ministrou a palestra *Controle Social e a instalação Passo a Passo de uma Ouvidoria*. “Para nós, do Tribunal de Contas, que avaliamos as contas dos municípios mineiros e elaboramos parecer técnico, quanto maior a transparência e a interlocução com a sociedade, maior e melhor será a capacidade de avaliarmos as contas públicas e de mostrarmos para a sociedade onde estão sendo aplicados os recursos. Nesse sentido, a Ouvidoria é um excelente instrumento de gestão pública e tem papel fundamental na questão de desvios e corrupção, além de propiciar que o Estado trabalhe com mais eficiência, mais efetividade e mais afetividade”, reforçou a coordenadora. Em seguida, o integrante da equipe da Ouvidoria do TCEMG, Walkson Carvalho, apresentou o Portal da Ouvidoria na internet e as principais funcionalidades do sistema Sigaouv.

TCEMG e IRB participam do Movimento Compre do Pequeno Negócio criado pelo Sebrae

No dia nacional da Micro e Pequena Empresa, 05/10, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), participaram do *Movimento Nacional Compre do Pequeno Negócio*. O movimento, criado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas (Sebrae), contou com o apoio de diversas associações, órgãos e entidades que buscam sensibilizar a sociedade sobre a importância de comprar produtos e serviços dos pequenos negócios. No Brasil, estima-se que as cerca 10 milhões de micro e pequenas empresas faturem cerca de R\$3,6 milhões por ano.

O TCEMG e IRB “abraçaram” a iniciativa e fizeram contratações, “ao vivo”, de duas micro empresas no evento. O Tribunal contratou um chaveiro para a prestação de serviços nos edifícios da instituição. O IRB comprou um serviço de impressão de folders, pastas, envelopes e cartões de visita.

O Presidente do TCEMG e do IRB, Conselheiro Sebastião Helvecio, contou que foi uma “grande satisfação participar deste movimento que permite a geração de mais empregos usando a força dos pequenos negócios, especialmente neste momento delicado que nosso país tem vivido”. A empresária Diana Lara, proprietária da Gráfica Silva Lara, falou sobre sua expectativa de crescimento depois de aderir ao movimento. “A ação possibilitou que eu cadastrasse minha microempresa no site do Sebrae para que os consumidores encontrem, com facilidade, os produtos e serviços que ofereço. Isso, certamente, dará maior visibilidade



ao meu negócio; além do mais, aumenta a confiança dos meus clientes saber que minha empresa é cadastrada em uma entidade como o Sebrae”, contou a empresária.

De acordo com o Sebrae, atualmente o Brasil tem 10,3 milhões de micro e pequenas empresas no Supersimples. A maioria fica na Região Sudeste (50%), seguida do Nordeste (19%), Sul (18%), Centro-Oeste (8%) e Norte (5%). Esse tipo de empreendimento responde por 27% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e riquezas produzidos em um país) e por 52% do total de empregos com carteira assinada.

Conselheiro e Chefe de Gabinete fazem lançamento de livros

Dezenas de pessoas cumprimentaram o Conselheiro do Tribunal de Contas (TCEMG), Gilberto Pinto Monteiro Diniz, e o Chefe de Gabinete Eduardo Carone Costa Júnior, durante o lançamento dos seus livros. A noite de autógrafos foi realizada no dia 1º de outubro, no Salão Mestre de Piranga, na sede do Tribunal. Desde então, o mercado editorial conta com mais duas obras de interesse jurídico: “Estado de Direito e Controle Estratégico de Contas”, de Gilberto Diniz, e “Discussão e Publicidade Acerca do Impacto da Lei”, de Costa Júnior.

O livro do Conselheiro Gilberto Diniz é resultado do trabalho de pesquisa realizado pelo autor para sua dissertação de mestrado em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), defendida com “brilho entusiasmado”, conforme destacou, no prefácio, José Luiz Borges Horta, professor associado de Teoria do Estado e Filosofia do Estado da UFMG. Já o tema do livro de Eduardo Jr. focaliza a logística, dentro da área de Filosofia do Di-



A noite de autógrafos foi realizada no Salão Mestre de Piranga

reito, e é tema de estudos e pesquisa do autor, desde a dissertação de mestrado até a defesa de tese de doutorado na UFMG. O prefácio é do professor de Direito Administrativo da UFMG e senador da República, Antônio Augusto Junho Anastasia.

Presidente ministra palestra para novos defensores públicos de Minas Gerais

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, ministrou no dia 05 de outubro, a convite da Defensoria Pública de Minas Gerais (DP-MG), a palestra *Controle das Políticas Públicas e Cidadania* em um curso destinados aos novos defensores públicos. O curso preparatório tem como principal objetivo apresentar aos recém-empossados do VII Concurso da DPMG as atribuições e os principais desafios do cargo.

“Nesse momento de dificuldade econômica, ingressar mais 85 novos defensores na Defensoria de Minas é uma celebração, uma conquista espetacular da liderança da instituição porque não é fácil conseguir isso quando a receita está caindo vertiginosamente. Isso é um reconhecimento da importância da Defensoria para a sociedade”. Com essas palavras o Presidente do TCEMG expressou sua satisfação sobre a conquista da Defensoria Mineira e, consequentemente, da sociedade.

O Presidente Sebastião Helvecio também afirmou que seu “desejo é que o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, o Ministério

Público e que os Poderes sejam instituições inclusivas de brasileiros, ou seja, instituições voltadas para o cidadão e não instituições ‘extrativistas’, que só pensam em sua própria sobrevivência como se existissem longe da sociedade”. “O Tribunal de Contas será sempre parceiro da Defensoria Pública, que é uma instituição-irmã e temos que trabalhar juntos. Considero que esse tripé do Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria é fundamental para o exercício da democracia”, defendeu o Presidente.



O Presidente do TCEMG falou sobre Controle das Políticas Públicas e Cidadania

Sebastião Helvecio defende políticas públicas eficazes em evento na Assembleia

“O que se espera é que a judicialização exista, mas que não seja norteadora do gasto público”, afirmou o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Sebastião Helvecio no dia 15/9, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, abrindo o Ciclo de Debates Judicialização da Saúde. O Presidente falou sobre a responsabilidade solidária e impactos orçamentários da judicialização dentro do painel proposto pelo evento “Impactos da judicialização na gestão e no orçamento”. Para ele, a criação de políticas públicas eficazes irá reduzir os gastos com sentenças judiciais em saúde à medida que previne e trata o cidadão no tempo certo.

O anúncio de que o Estado de Minas Gerais foi o primeiro

no Brasil a reduzir os gastos com judicialização da saúde foi dado pelo Conselheiro Presidente com alegria. “Graças a um trabalho conjunto do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Tribunal de Justiça mineiro, ministérios públicos, Assembleia Legislativa de Minas, dentre outros órgãos, em 2014, e de modo articulado, economizamos em torno de 100 milhões de reais”, comemorou.

De acordo com o Presidente, que é também médico e com doutorado em Saúde Coletiva, a expectativa é de que em 2015 os gastos continuem diminuindo. “Temos que perseverar. Todos os órgãos de controle são essenciais neste sentido para identificar e controlar possíveis fraudes”, ponderou. “Se a gente não abrir o olho, todos os recursos serão usados para comprar remédios”, concluiu.

Presidente é homenageado durante IX Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, foi homenageado durante o IX Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico, em solenidade realizada na noite de quinta-feira, 13/8/15, no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). A premiação é uma realização da publicação Mercado Comum e da Associação dos Economistas de Minas Gerais (Assemg), e coincide com as comemorações do dia do economista, 13 de agosto.

O Presidente Sebastião Helvecio foi condecorado com a Medalha Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes, que esse ano também homenageou o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Pedro Carlos Bittecourt Marcondes, e o empresário e ex-presidente da Fiemg, Stefan Bodgan Salej.

Os nomes dos homenageados passaram por uma seleção prévia, sendo analisados por uma comissão especial e depois submetidos à apreciação de uma assembleia geral extraordinária dos associados da Associação dos Economistas, convocada especialmente para esse fim por edital público, e, na etapa final, foram referendados pelo Conselho da Medalha.

Compuseram a mesa de honra da solenidade o Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio, o secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Helvécio Magalhães, o presidente da Assembleia Legislativa (ALMG), Adalclever Lopes, o presidente da Associação dos Economistas de Minas e da Mercado Comum, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas), Lindolfo Paoliello, e o presidente da Fiemg, Olavo Machado.



Sebastião Helvecio compôs a mesa de honra da tradicional premiação promovida pela Fiemg



CRTCE 
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O TCE

Você informado com qualidade e agilidade.

 **Canais de Atendimento**

Portal CRTCE: www.tce.mg.gov.br/falecomotce

Telefone: (31) 3348-2111

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo – Belo Horizonte

Minas Gerais/CEP: 30380-435

 **TCEMG**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 - TEL.: (31) 3348-2111



www.tce.mg.gov.br